

UMA LEITURA SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR E PRÁTICAS RURAIS NAS COMUNIDADES DE GAMELEIRA E POÇO DA PEDRA, EM RIACHO DE SANTANA-RN

José Jarbas de Carvalho Pereira
Graduado pelo CGE/CAMEAM-UERN
jjarbaspereira@hotmail.com

Josué Alencar Bezerra
Professor do CGE/CAMEAM-UERN
josueabezerra@gmail.com

Resumo:

No presente artigo, buscamos analisar o modelo de agricultura familiar nas comunidades rurais de Gameleira e Poço de Pedra no município de Riacho de Santana-RN, tendo como parâmetro as técnicas e práticas rurais aplicadas na produção agrícola. Para esta abordagem, foram realizados estudos de natureza teórica e empírica, a partir dos quais tivemos a contribuição teórica de vários autores, além da realização de um trabalho de campo, no qual fizemos a aplicação de questionários, registro fotográfico, entre outras atividades. Assim, partimos inicialmente da compreensão do conceito de agricultura familiar e de alguns aspectos a ela relacionados em diferentes contextos, especialmente na região semi-árida, para na sequência do texto, direcionar nossa atenção para área de estudo, trazendo os principais elementos característicos desse modelo produtivo e, ao mesmo tempo, traçar um perfil dos agricultores familiares das duas comunidades.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Espaço Agrário; Práticas Rurais; Riacho de Santana.

READING ABOUT FAMILY FARMING AND RURAL PRACTICES AT COMMUNITIES OF GAMELEIRA AND POÇO OF PEDRA, IN RIACHO DE SANTANA-RN

Abstract:

In this paper, we sought to analyze the model of family farming in rural communities of Gameleira and Poço de Pedra in Riacho de Santana town-RN. We took as parameters techniques and practices applied to rural agricultural production. For this approach, studies were carried out through theoretical and empirical forms, from which we had the theoretical contribution from several authors, in addition we did a kind of field work, in which we applied questionnaires, did a photographic record, among other activities. Thus, we first understood the concept of family farming and some aspects related to it in different contexts, especially in semi-arid region, in the following part of the text, we direct our attention to the area study, showing the main characteristic features of this productive model and at the same time, drawing a profile of the farmers in those communities.

Keywords: Family Farming, Agrarian Space, Rural Practice; Riacho de Santana.

1 Introdução

A agricultura foi a primeira atividade desenvolvida pelo homem em seu processo de domínio da técnica e de fixação na terra, contribuindo para a produção dos alimentos e que, muitas vezes, não estavam disponíveis na natureza. Dessa forma,

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos (SANTOS, 1996a, p. 05).

Com isso, a técnica pode ser considerada como o elemento base para a formação dos espaços, e conseqüentemente para o desenvolvimento agrícola, haja vista que a capacidade e os modos de produção sempre estiveram associados à evolução da tecnologia, elemento responsável pela produção de um excedente alimentar e que serviu de base para o surgimento do comércio e de outras atividades.

Por tamanha importância e complexidade, as características inerentes ao espaço agrário vêm sendo, ao longo do tempo, objetos de preocupação da ciência geográfica, exigindo desta uma abordagem crítica e pragmática acerca dos elementos que compõem os diferentes contextos rurais, uma vez que este espaço, conforme Wanderley (1999 apud VIEIRA 2006, p. 23),

[...] é peculiar, espaço de produção de relações sociais específicas, com uma realidade própria e particularidades históricas e culturais. Ele ergueu-se sob uma estrutura de dominação social: posse, uso indiscriminado da terra e dos recursos naturais.

A agricultura também apresenta características particulares em cada espaço, resultado da combinação e disponibilidade (ou ausência) de elementos como: condições climáticas vantajosas, qualificação da mão-de-obra, recursos técnicos qualificados, entre outros.

No Brasil, estas características resultam, segundo Abramovay (1992), em duas formas de agricultura: o modelo patronal, baseado na grande propriedade, utilizando mão-de-obra contratada e sendo geralmente destinada ao mercado externo, e o modelo familiar, baseado na pequena propriedade, utilizando a mão-de-obra da própria família, destinada ao próprio consumo e voltado para o abastecimento dos mercados locais.

Na região Nordeste, especialmente no semiárido, a forma de produção agrícola mais comum é baseada no modelo familiar, sendo esta praticada, quase sempre, em condições precárias. Conforme Baiardi e Mendes (2007) e Sabourin (1999), os produtores ainda desenvolvem uma agricultura bastante rudimentar em consequência das problemáticas condições que enfrentam, tanto de ordem natural, como social, política e econômica.

Embasados por esta discussão e tendo em vista a lacuna de estudos geográficos referentes ao meio rural dos municípios do extremo oeste do Rio Grande do Norte, especialmente quando o ponto de vista incide sobre as práticas rurais, direcionamos o nosso olhar para o município de Riacho de Santana-RN (**figura 01**). O povoamento teve início às margens do Rio Santana, aproveitando-se da disponibilidade de boas terras para o cultivo agrícola, o que serviu de incentivo à instalação das primeiras famílias.

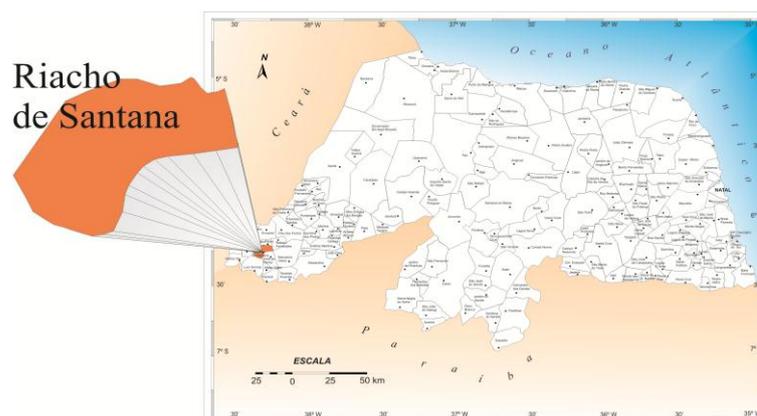


Figura 01: Localização do município de Riacho de Santana-RN.

Elaboração: Josué Alencar Bezerra (2011).

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Riacho de Santana, o município conta atualmente com um total de 15 sítios distribuídos em uma área de 128.11 km² (IBGE, 2009). A maioria da população do município (4.156 habitantes) vive na zona rural (2.447 ou 58,9% dos habitantes).

A partir das observações realizadas em campo e de dados encontrados no IBGE, percebemos que, dentre as atividades geradoras de renda, a agricultura aparece como a principal responsável pela absorção do maior contingente de pessoas no município, absorvendo inclusive grande parte dos que residem na cidade, já que muitos destes também são agricultores. Outras fontes de renda importantes são provenientes de pensões, aposentadorias, programas assistencialistas, funcionalismo público, além do comércio e da pecuária.

É neste município de pequeno porte onde buscaremos compreender as características da agricultura familiar em duas comunidades rurais localizadas a sudoeste da sede do município de Riacho de Santana - Gameleira e Poço de Pedra. Estas comunidades têm a pequena produção agrícola como prática bastante peculiar, tendo em vista que a mecanização e as políticas públicas pouco têm interferido no modo de produção dos agricultores localizados nestas comunidades.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde de Riacho de Santana, a comunidade de Gameleira abriga 50 famílias e 174 habitantes, totalizando em média 3,48 pessoas por família, e Poço de Pedra, com um total de 108 famílias e uma população de 386 pessoas, possui uma média de 3,57 pessoas por família. Porém, na realização da pesquisa de campo, identificamos na comunidade de Poço de Pedra 101 famílias e 379 habitantes, totalizando uma média de 3,75 pessoas por família, sendo 198 homens e 181 mulheres. Já na comunidade de Gameleira, foram encontradas 46 famílias e 153 habitantes, garantindo a média de 3,32 habitantes por família, distribuída entre 75 homens e 78 mulheres.

Nesta perspectiva, o estudo procurou entender as particularidades intrínsecas aos agricultores familiares, demonstrar a importância dessa forma organizativa de produção para a população das referidas comunidades, compreender como estes produtores desenvolvem suas práticas agrícolas atreladas com as técnicas, bem como, identificar os fatores influenciadores e o real significado destas práticas para as condições de vida destas famílias.

Esta abordagem foi conduzida a partir de estudos de natureza teórica e empírica. Assim, na primeira etapa da pesquisa, foi realizado o levantamento de diversas produções que tratavam da temática em pauta, tanto na biblioteca setorial do CAMEAM-UERN, como também em sites especializados como do IBGE e da EMATER, além de bibliotecas virtuais (ex: UFRN, SCIELO, entre outras). Também foram coletadas informações em algumas monografias de Especialização em Desenvolvimento Regional e Planejamento Territorial e

nas de Graduação em Economia do CAMEAM, que possuem trabalhos que versam sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento rural, e em órgãos públicos do município de Riacho de Santana, como Prefeitura, Secretarias de Educação e de Saúde.

No segundo momento, realizamos a coleta de dados junto às famílias das comunidades em estudo. Foram realizadas entrevistas tanto formais como informais, além do registro fotográfico de diferentes tipos de lavouras (milho, feijão, arroz, fava, tomate, mandioca, macaxeira, entre outras), objetivando identificar as principais características da agricultura no contexto das comunidades pesquisadas. Neste instante, também foi possível a observação de alguns elementos importantes do referido espaço e um contato mais próximo com os moradores. Depois de coletados os dados, houve a tabulação, sistematização e análise destes. Foram construídos gráficos e mapas para facilitar a compreensão das informações coletadas.

Para subsidiar a discussão do principal conceito envolvido neste texto (agricultura familiar), tivemos a contribuição de importantes autores. Dentre estes, podemos destacar Abramovay (1992) e Veiga (2003) que trazem os principais debates referentes à agricultura família, ressaltando a permanência e consolidação desta na sociedade capitalista, além de descrever como este modelo de produção ganha características peculiares em diferentes contextos regionais.

Contribuições importantes também nos são oferecidas por Tinoco (2006), Netto (2008) e Vieira (2006), entre outros, que discutem o conceito de agricultura familiar, destacando seus principais critérios definidores e estabelecendo uma caracterização própria para este termo.

Outros autores importantes para a compreensão da agricultura, especialmente da agricultura familiar em escalas macro-regionais são Prado Júnior (1998), Erthal (2000), Schneider (2003), Ribeiro (2006) e Carneiro e Maluf (2003). Estes apresentam a gênese da agricultura até a conjuntura atual.

Retratando o contexto da agricultura familiar no nordeste brasileiro, mais precisamente no semi-árido, recebemos a contribuição de autores importantes como Andrade (2005), Sabourin (1999), Evangelista (2000), Macambira (2006), Ciprandini e Neto (1996), Baiardi e Mendes (2007), Collard, Burte e Jacobi (2010), que apresentam diversos elementos característicos da referida região, sendo possível traçar um perfil do homem do campo localizado neste espaço.

Nosso trabalho encontra-se subdividido em quatro seções. A primeira tem o caráter introdutório, trazendo uma breve discussão sobre o modelo de produção familiar e alguns aspectos a ela relacionados, além de fazer algumas considerações sobre os principais autores que serviram de embasamento teórico para o desenvolvimento da pesquisa.

A segunda seção apresenta a discussão em torno do conceito de agricultura familiar, apresentando os principais critérios utilizados para a sua definição, a sua origem, evolução, e a sua importância em diferentes escalas espaciais. Será destinada uma maior atenção para a região semiárida nordestina, em função da localização do objeto de estudo.

A terceira seção vem apresentar um olhar geográfico sobre as comunidades de Gameleira e Poço de Pedra. Neste momento, serão apresentados os principais aspectos da agricultura local e os resultados identificados durante a realização da pesquisa. Estes elementos irão propiciar a apreensão dos conhecimentos necessários para traçar um perfil dos agricultores da área em estudo.

Por fim, na parte conclusiva do trabalho, apresentaremos algumas observações que vêm reafirmar a importância deste modelo produtivo para a economia local, enaltecendo alguns aspectos positivos e negativos das práticas exercidas pelos agricultores sobre o espaço das duas comunidades, além de sintetizar os resultados obtidos na pesquisa.

2 Agricultura familiar e práticas rurais no semiárido nordestino: algumas considerações

O meio rural tem sido objeto de constantes estudos no âmbito da ciência geográfica. Diversos autores têm procurado compreender as principais atividades realizadas neste espaço e suas peculiaridades nas mais diversas regiões do mundo, além do modo de vida rural próprio de cada lugar que, como Abramovay (1992) coloca, é resultante da complexa interação do homem com a terra e das influências do capital sobre as relações de trabalho existentes no campo que, por sua vez, são intermediadas pela técnica.

Para que o entendimento da realidade agrária seja contemplado, é preciso perceber a dinâmica dos grupos sociais que ocupam estes espaços e as relações estabelecidas com outros grupos sociais. Dessa forma, as populações rurais com:

[...] seu estilo e modo de vida e trabalho, sua cultura, assim como sua concepção de mundo estão em incessantes transformações, embora suas características tradicionais fundamentais, que as fazem reconhecê-las enquanto tal, permaneçam estruturando as relações sociais, econômicas, culturais e simbólicas do mundo rural (SANTOS, 2008, p. 21).

Tendo como suporte esta discussão, Carneiro e Maluf (2003) vêm destacar o processo de absorção de novas características e construção de novas realidades agrárias. Em consequência disso, a agricultura acaba passando também por constantes mudanças, tornando-se, segundo os autores supracitados, uma atividade multifuncional, sendo o termo “agricultura familiar” o mais adequado para descrever esse novo contexto.

Dessa forma, para compreendermos as particularidades manifestadas pela agricultura familiar nas comunidades rurais de Gameleira e Poço de Pedra, faz-se necessário, nesse primeiro momento, buscar esclarecer algumas características dessa forma de produção e como ela é interpretada por alguns estudiosos desse assunto na tentativa de buscar um maior aprofundamento sobre a produção familiar na região do semi-árido nordestino para, em seguida, nos debruçarmos na discussão sobre a agricultura familiar nas duas comunidades selecionadas para este estudo.

2.1 Agricultura Familiar

Primeiramente, gostaríamos de lembrar que o conceito de agricultura familiar não é abordado apenas pela ciência geográfica, uma vez que sua discussão está presente no âmbito da sociologia, da história, da economia, entre outras, estas que buscam estudar o seu real significado e sua importância para a economia de diferentes regiões, a partir de diferentes ângulos de análises.

Na geografia, a compreensão desse conceito está relacionada com a configuração espacial resultante das atividades implementadas nos espaços rurais e que são inerentes a esse modelo de produção, além de questões políticas e de relações sociais estabelecidas nesse espaço. Assim, em uma análise a partir da dimensão agrícola, buscamos compreender como a agricultura é responsável por determinados arranjos locais e quais as influências desses arranjos para o contexto regional, nacional e mundial.

Por ser um conceito de uso recente no Brasil, tendo inclusive a sua utilização questionada por alguns autores, para a sua compreensão, é preciso avaliar as raízes históricas da formação da pequena propriedade. Como sabemos, no processo de colonização do Brasil que, por sua vez, teve início no século XVI, a agricultura era marcada pela formação de

grandes latifúndios para a monocultura da cana-de-açúcar. Segundo Júnior (1998), esta forma organizativa de produção foi a principal responsável pela origem da grande propriedade e da concentração fundiária brasileira.

Esse modelo produtivo no Brasil, segundo Andrade (2005) e Erthal (2000), teve sua origem na região Nordeste, a mais povoada no período colonial, a partir da formação das primeiras lavouras de subsistência ou os minifúndios. Estes autores afirmam que, próximos das grandes propriedades monocultoras, formavam-se pequenos roçados cultivados pelos trabalhadores nos períodos em que as grandes lavouras não necessitavam de muita mão-de-obra ou nos finais de semana e feriados. A produção era destinada para o seu sustento e de sua família e para o abastecimento do mercado local.

Essa parceria entre pequena e grande propriedade permanece até os nossos dias, apesar de apresentar relações e um perfil diferente em relação ao período colonial. Conforme Abramovay (1992) coloca, a pequena propriedade, além de outras funções, exerce atualmente o papel de fixar a população no campo, evitando o êxodo para as cidades e garantindo a disponibilidade de mão-de-obra para a grande propriedade, sendo esta, portanto, indispensável para a economia rural.

Com essa mudança no perfil agrícola, aparecem novas denominações que seguem critérios variados. Conforme o IBGE (2009) e Abramovay (1992, 1997), existe uma série de nomenclaturas para definir a agricultura não patronal e que, por sua vez, é realizada em pequenos estabelecimentos. O conceito costumeiramente mais utilizado, e que será utilizado para descrever a principal atividade na área de estudo, é o de agricultura familiar. Erthal (2000, p. 64-65), ao fazer um resgate histórico sobre a origem das pequenas propriedades no Brasil, procura esclarecer sobre o surgimento dos diferentes conceitos relacionados a esta questão, assim,

[...] objetivando dar o mínimo de sistematização, reconhecemos que quanto ao tamanho da propriedade (estabelecimento) ou à escala de produção, confundindo-se os dois termos, trata-se da pequena unidade produtiva (pequena produção) ou pequena agricultura; quanto ao objetivo da produção, é chamada de auto-consumo ou de subsistência, às vezes acompanhado da expressão “com comercialização (venda) de excedente”; quanto ao trabalho, é comum chamá-la de familiar, com ou sem ajuda de auxiliares e/ou escravos; quando assemelhada à européia, a identificamos como proto (camponesa) (ERTHAL 2000, p.65).

Essa diversificação conceitual também ocorre em torno do termo de agricultura familiar que vem sendo empregado com maior frequência a partir da segunda metade da década de 1990. Conforme Schneider (2003, p.03) coloca, a “[...] afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)”.

A criação do PRONAF veio dar maior legitimidade a este conceito que passou a ser utilizado por vários autores, tendo como consequência uma grande diferenciação de critérios para definir este modelo de produção. Dentro dessa corrente de estudiosos deste tema, podemos citar Carmo (1999 apud TINOCO, 2006, p. 01) que entende a agricultura familiar como:

[...] uma forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas levam em consideração também as necessidades e objetivos da família.

Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados (CARMO, 1999, apud TINOCO, 2006, p. 01).

Este conceito também se encontra presente na legislação brasileira, sendo descrito no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que trata como:

[...] imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1997).

Apesar das diferentes conotações utilizadas para definir a agricultura familiar, todas aquelas observadas levam em consideração os seguintes critérios: utilização da mão-de-obra, o tamanho da propriedade, a direção dos trabalhos e a geração de renda obtida pela produção. E em todas as definições, a família é considerada como a detentora dos meios de produção e a responsável pelo processo produtivo.

A agricultura familiar apresenta, segundo Netto (2008), Veiga (2003) e Abramovay (1992), características diferenciadas em diferentes espaços do mundo. Nos países da Europa, nos Estados Unidos, no Canadá e até em algumas regiões do Brasil, como é o caso de São Paulo e de algumas áreas do sul do país, a agricultura familiar se destaca por uma grande capacidade produtiva, tanto no que se refere ao valor quanto ao volume de tal produção. Isso é consequência principal do uso de tecnologias modernas e de pesados investimentos de capital no setor.

Por outro lado, existem espaços em que esta forma de produção ainda apresenta características precárias de desenvolvimento. Segundo Sabourin (1999) e Evangelista (2000), grande parcela dos pequenos produtores da região do semi-árido nordestino encontram várias dificuldades para produzirem com qualidade e eficiência, de forma que venham a obter lucros significativos ou mesmo a garantir sua subsistência.

Levando em conta a heterogeneidade desse modelo de produção agrícola, Netto (2008, p. 21) vem destacar que,

[...] não existe um padrão, nem referência a um modelo agricultor familiar, com um mesmo sistema de valores. Tais unidades de produção se diferenciam pela diversidade e capacidade do agricultor se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los, para a atividade primeira de produzir mercadorias, tendo como eixo a satisfação das necessidades básicas do núcleo familiar, ou seja, uma unidade onde se produz e consome o que produziu, com o excesso virando moeda de troca.

Mesmo com todas essas particularidades e deficiências de algumas regiões, a agricultura, conforme Veiga (2003) e o Censo Agropecuário do IBGE (2009), destaca-se como a atividade rural que mais contribui na conformação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, sendo a produção familiar a principal responsável pela segurança alimentar do país, por fornecer os principais produtos consumidos internamente e por ser responsável por 39,8 % (60,2% é produzido pelo modelo não familiar) do PIB agrícola nacional e 9 % do PIB nacional em 2005, além de ser o modelo produtivo existente em 84,4% dos estabelecimentos brasileiros.

A produção familiar também é de suma importância para a balança comercial brasileira, “[...], pois, para se gerar um saldo positivo não basta apenas exportar bastante, mas também, ao mesmo tempo, importar muito pouco, o que é propiciado pelo suprimento ao mercado interno feito pela agricultura familiar” (IBGE, 2009. p. 15).

Para Schneider (2003) e Veiga (2003), além de ser heterogênea e multifuncional, a agricultura familiar é uma atividade pluriativa. A pluriatividade é apontada por estes como a capacidade de combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas para assegurar as condições materiais de existência dos agricultores, sendo uma estratégia indispensável para o sucesso desse modelo produtivo em meio ao modelo capitalista que se faz cada vez mais presente no campo. A pluriatividade na agricultura nordestina, e mais especificamente na região semi-árida, tem contribuído para a fixação das populações no campo.

Dessa forma, aclarada a importância da agricultura familiar em comparação com a grande lavoura,

É inimaginável que a sociedade brasileira não venha a se dar conta do preço que está pagando por acreditar no mito da maior eficiência da agricultura patronal. Um dia acabará percebendo que a periclitante eficiência alocativa de um punhado de “reis” do gado, da cana, do arroz ou da soja, nem de longe compensa sua absurda ineficiência distributiva (VEIGA, 2003, p. 136).

A importância dessa forma organizativa de produção também pode ser evidenciada quando analisamos os dados referentes à região Nordeste, onde, segundo Evangelista (2000), 88, 3% dos estabelecimentos se enquadram na categoria familiar. Desta forma, apesar das inúmeras deficiências, como a dificuldade de acesso aos financiamentos destinados a este setor, percentual do valor bruto da produção e renda média por estabelecimento abaixo da média nacional, além de outros indicadores negativos,

O Nordeste é a região brasileira que detém a maior parcela dos estabelecimentos agrícolas familiares do país (49,7%), comparado com as demais regiões. Esses estabelecimentos detêm também a maior fração da área (31,6%) [...] (EVANGELISTA, 2000, p. 07).

Como veremos adiante, a agricultura familiar na região semi-árida nordestina se utiliza de práticas e técnicas ainda bastante rudimentares, o que garante uma conotação bastante singular desse modelo produtivo nesse espaço.

2.2 Práticas rurais da agricultura familiar no espaço semi-árido nordestino

Como já foi elencado anteriormente, cada espaço apresenta diferentes ritmos de desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente, aspectos específicos. Essa heterogeneidade se deve ao fato de o espaço ser:

[...] um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social (SANTOS, 1996b, p.10).

Quando o espaço em questão é o espaço agrário, o movimento da sociedade é, quase sempre, mais lento, e como consequência as alterações nas formas também são, sendo comum a permanência das rugosidades que, conforme Santos (2006) aponta, principalmente em suas análises sobre os espaços urbanos, está relacionada ao:

[...] que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 2006, p. 92).

Como consequência dessa complexa relação entre os objetos geográficos e a sociedade em movimento é que os espaços agrários, assim como os urbanos descritos por Santos (2006), são bastante diversos. Assim, a agricultura familiar também é uma atividade bastante heterogênea, apresentando variações entre os espaços. Essa diversificação existente ainda é, conforme Abramovay (1992), consequência dos múltiplos níveis técnicos utilizados nos estabelecimentos familiares, do processo não linear de apropriação do espaço, das condições diferenciadas de vida dos produtores em determinados contextos, do acesso diferenciado às políticas públicas e aos mercados. Todos estes fatores acabam influenciando de algum modo nas práticas rurais, resultando em um perfil singular de produtor familiar nos diversos espaços agrários.

Assim, para compreender as características dos produtores familiares no contexto da região do semi-árido que, segundo Baiardi e Mendes (2007), apresenta uma extensão de 912.208 Km², representando 70% do Nordeste, é preciso, logo de início, um embasamento acerca dos aspectos característicos deste espaço, especialmente aqueles relacionados ao quadro físico e social dessa região.

Duas características marcantes na região, e que são apontadas por Macambira (2006) e Andrade (2005), são as problemáticas condições climáticas e a concentração fundiária. Porém, o elemento mais importante para a compreensão sobre o caráter da produção agrária semi-árida é a técnica.

A mecanização da agricultura nesta região, conforme Ciprandini e Neto (1996), Sabourin (1999), Evangelista (2000) e Macambira (2006), não é muito expressiva em comparação com as regiões sul e sudeste. Nesta região, a produção que predomina é realizada em pequenos estabelecimentos com o uso de técnicas já em desuso na maior parte do Brasil, sendo a tração manual a mais utilizada, seguida pela tração animal e a mecânica que ainda está em um estágio embrionário de desenvolvimento. A incipiente adesão aos novos recursos técnicos voltados para a agricultura, apesar de ser negativo quando se considera o volume da produção, é um fenômeno positivo, segundo os referidos autores, por ser responsável pela manutenção da população no campo e por ser menos danoso ao meio ambiente.

Tais condições foram apontadas por Cunha (2002) como limitantes do desenvolvimento agrícola e condicionantes do atraso econômico das populações agrícolas dessa região. Porém, conforme Baiardi e Mendes (2007), o semi-árido deve ser encarado como um espaço paradoxal, no sentido de ter problemas e ter várias virtualidades. Assim,

[...] o que mais falta ao Semi-árido não é uma dotação exuberante de recursos naturais. Do que ele mais carece é de certo tipo de mentalidade, de determinado padrão cultural que agregue confiança, gere normas de convivência civilizadas, crie redes de associativismo e melhore a eficiência das organizações (BAIARDI e MENDES, 2007, p. 31).

Além disso, mesmo considerando o semi-árido como um espaço problemático em virtude dos problemas supracitados, ele apresenta um papel insubstituível para o sistema capitalista nacional e mundial, seja como fornecedor de produtos alimentícios, de matérias-primas ou de mão-de-obra para outros espaços, ou como mercado consumidor de produtos de outras áreas, como espaço turístico, entre outros aspectos, pois, “[...] Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas” (SANTOS, 1996b, p.11).

Nesse sentido, considerando o baixo padrão agrícola da região, resultante das características técnicas e das práticas tradicionais utilizadas, concordamos com Sabourin (1999), quando afirma que a maioria dos agricultores do semi-árido nordestino encontram várias dificuldades para produzirem com qualidade e eficiência, de forma que venha a obter lucros significativos ou mesmo a garantir sua subsistência. São condições dessa natureza que iremos encontrar nas comunidades de Gameleira e Poço de Pedra, e que interferem diretamente na qualidade de vida e nos níveis de renda dos agricultores localizados nestas.

3 Um olhar geográfico das comunidades rurais de gameleira e poço de pedra

A análise da economia agrícola de Gameleira e Poço de Pedra exigiu-nos uma aproximação destas comunidades durante a pesquisa, no intento de descobrir as principais características da agricultura familiar e os principais aspectos relacionados a esta forma de produção. Desse modo, os diagnósticos em campo e as entrevistas foram etapas indispensáveis para a confirmação da predominância da produção baseada no modelo familiar e para diversos esclarecimentos sobre o nosso objeto de estudo.

Considerando a realidade social na qual estão inseridas as duas comunidades, podemos observar que esta apresenta tanto fatores limitantes como fatores favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar, tendo como influência decisiva os tipos de técnicas utilizadas e as condições climáticas atuantes.

A agricultura praticada nas referidas comunidades tem sofrido pouca interferência do avanço técnico, sendo observada uma perspicaz resistência ao novo, ao que vem de fora, e um processo muito lento de aquisição de novas práticas. Assim,

O espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar (SANTOS, 1996a, p. 16).

A não adesão às inovações ou o escasso emprego das técnicas é responsável por um processo de metomorfização sócioespacial bastante lento e pela permanência das rugosidades. Com isso, as práticas rurais exercidas pelos habitantes, o tamanho das propriedades agricultadas, as técnicas utilizadas no cultivo, as atividades complementares, entre outras características, permanecem, segundo alguns moradores mais velhos, praticamente as mesmas de duas ou três décadas atrás.

Isso pode ser constatado quando observamos os principais gêneros cultivados nas duas comunidades (**figura 02**), onde o milho e o feijão, que geralmente são plantados de forma associada (**figura 03**), se sobressaem em comparação com os outros produtos. Conforme os moradores entrevistados, esses produtos sempre ocuparam posições de destaque entre os produtos mais cultivados. Apenas o plantio do algodão, algumas décadas atrás, apresentou importância comparável com tais culturas.

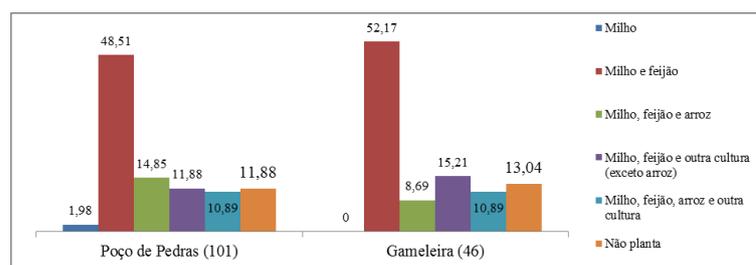


Figura 02: Distribuição (%) dos produtos cultivados nas comunidades

Fonte: pesquisa de campo abr./maio, 2011.

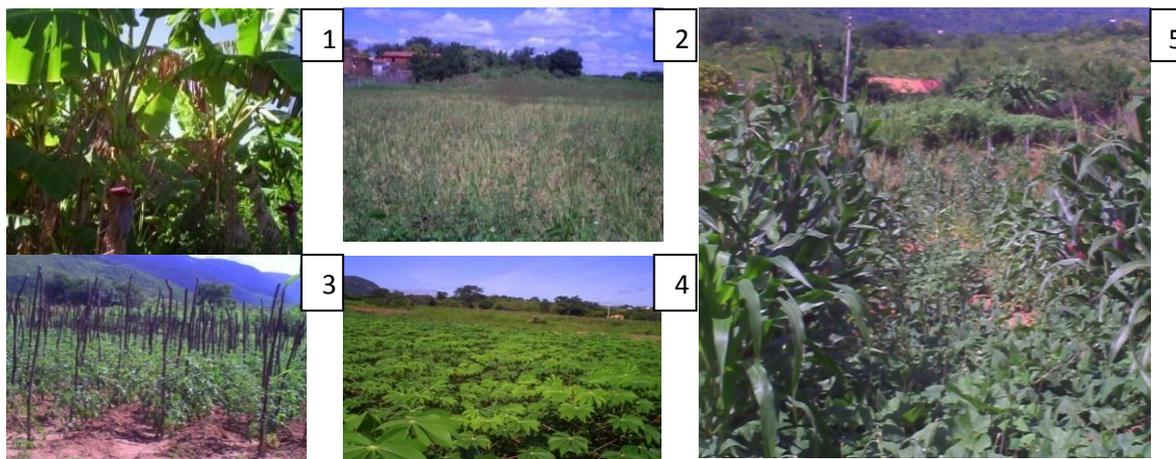


Figura 03: [1] lavouras de banana (Gameleira); [2] arroz (Poço de Pedra); [3] tomate (Poço de Pedra); [4] mandioca (Gameleira); [5] lavoura de milho e feijão plantados de forma associada (Gameleira).

Fonte: José Jarbas de Carvalho Pereira (Maio de 2011).

Outros cultivos que apresentam também importância são a fava, a mandioca, a banana, o tomate, o amendoim, a macaxeira e o arroz. Porém, em todos os estabelecimentos onde são plantados tais produtos, sempre são cultivados em companhia o milho e o feijão. Outro aspecto importante a ser mencionado se refere ao pequeno número de famílias em Gameleira (13,04%) e em Poço de Pedra (11,88%) que não desenvolvem nenhuma atividade agrícola e que sobrevivem através de outras fontes de renda, como aposentadorias, pensões, funcionalismo público, entre outras.

Outra característica que pouco tem se alterado ao longo dos tempos diz respeito às técnicas de conservação ou uso do solo (figura 04), em que o hábito de fazer queimada no preparo do terreno para o plantio ainda é dominante entre os produtores de ambas as comunidades, pois muitos destes desconhecem o quanto esta prática prejudica a fertilidade do solo. Apenas um número muito reduzido de agricultores não pratica queimadas, recorrendo a outras técnicas como, por exemplo, a adubação orgânica ou a utilização do gado para consumir os restos vegetais existentes no terreno a ser plantado.

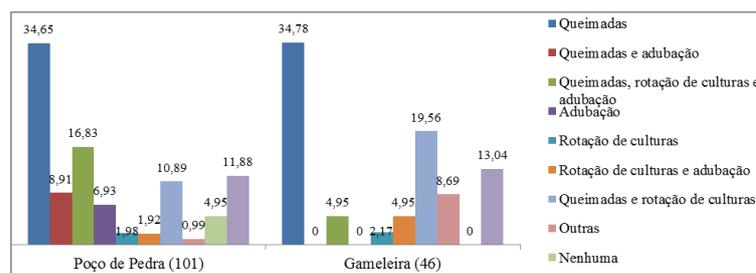


Figura 04: Técnicas de conservação/uso do solo praticadas nas comunidades (%).

Fonte: pesquisa de campo (abril/maio de 2011).

Porém, quando analisamos os tipos de trações utilizadas na produção (**figura 05**), percebemos uma mudança bastante significativa nos últimos anos. Os agricultores mais idosos relatam que algumas décadas atrás eram poucos os lavradores que utilizavam a tração animal e mecânica, praticamente todas as etapas da produção eram realizadas através do trabalho manual. Atualmente, grande parcela dos produtores utiliza, além da tração manual, a tração mecânica e principalmente a animal (boi). A utilização desses recursos propiciou um aumento considerável no volume da produção, além de melhorar as condições de trabalho.

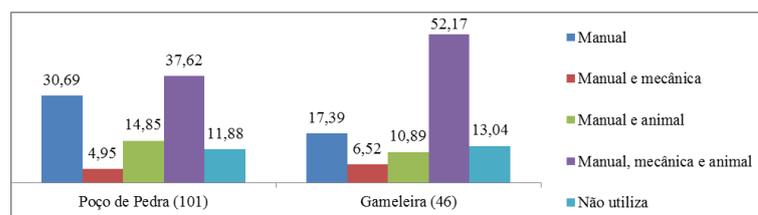


Figura 05: tipo de tração utilizada na produção nas comunidades (%).

Fonte: pesquisa de campo (abril/maio de 2011).

Uma constatação bastante positiva detectada em nossa pesquisa está relacionada à condição em relação ao imóvel no qual o agricultor trabalha com sua família (**figura 06**). Observamos que a maioria destes trabalha em terra própria, sendo 55,44% em Poço de Pedra e 43,47% em Gameleira. Vale lembrar que esta é uma característica dominante em todo Brasil, pois conforme o censo agropecuário do IBGE (2009), 74,7% dos estabelecimentos familiares é explorado pelo próprio proprietário. Este aspecto garante uma maior liberdade a respeito da escolha de técnicas, de instrumentos e produtos a serem selecionados para o cultivo, além de ser o único proprietário de sua colheita e do restolho dos vegetais, que pode ser usado para a criação de animais como o gado bovino e caprino. As relações de parceria em terra de terceiro e arrendamento, responsáveis pela submissão do agricultor ao proprietário da terra e pela divisão da colheita entre estes, não aparece com muita intensidade nas comunidades.

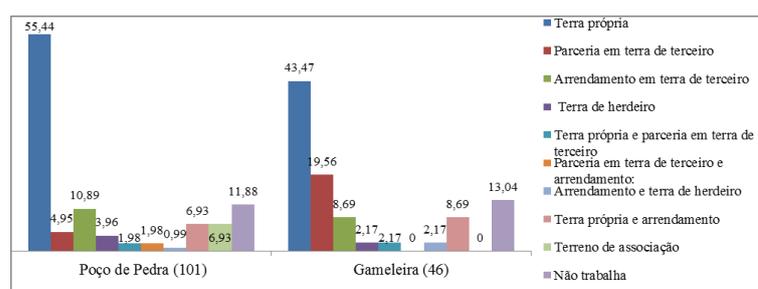


Figura 06: Condição em relação ao imóvel onde produz nas comunidades (%)

Fonte: pesquisa de campo (abril/maio de 2011).

O fato de possuir o seu próprio terreno para plantar diminui o que Abramovay (1992), Vieira (2006), Grisa e Scheneider (2008) chamam de medo ou “aversão ao risco”. Este receio impede que os agricultores façam maiores investimentos na sua produção por verem a possibilidade de não serem compensados com a safra e, conseqüentemente, não saírem das dívidas contraídas na realização de todas as etapas da produção, através da compra de sementes, de agrotóxicos, na contratação de mão-de-obra para algumas tarefas, entre outras despesas.

Outro fator que contribui para ampliar o receio de investir de forma mais significativa na produção está relacionado à irregularidade das chuvas na região. A escassez de chuvas foi apontada pelos produtores de Gameleira (58,69 %) e Poço de Pedra (59,40%) como a principal dificuldade encontrada na agricultura. Outra preocupação que atinge os mesmos se

refere às pragas que destroem as lavouras, estas foram apontadas por 13,04% dos agricultores de Gameleira e por 11,88% de Poço de Pedra como o principal problema enfrentado.

Em virtude disso, muitos projetam sua produção tendo em vista apenas o autoconsumo. Isso reflete diretamente na jornada diária trabalhada, na qual 59,49% dos lavradores de Poço de Pedra e 65,21% de Gameleira trabalham em média entre 4 e 8 horas diárias, ficando grande parte ociosa de tempo, que poderia ser empregada para o aumento da produção e, conseqüentemente, para a melhoria de seu padrão de consumo. Esta situação de acomodação é perceptível nas comunidades: “Hoje tá uma beleza, todo ano o prefeito manda um trator pra cortar a terra; tem um posto de saúde que vem médico, enfermeira e dentista aqui quase no terreiro, tem carro pra levar os estudantes pra rua, o governo ajuda com o bolsa escola e o fome zero, antigamente a coisa era bem mais difícil¹” (informação verbal).

A preocupação com autoconsumo ou com o sustento da família também é responsável pela pluriatividade das famílias das duas comunidades. Dessa forma, “[...] os camponeses cultivam vários produtos nos roçados, hortas e pomares, mantém a produção de animais domésticos e, em alguns casos, utilizam-se da caça, pesca e coleta [...]” (GRISA E SCHENEIDER, 2008, p. 485).

É importante frisar que a maioria dos agricultores familiares das comunidades pesquisadas possui outra fonte de renda além da agricultura, sendo 80,19% em Poço de Pedra e 70,08% em Gameleira. Dentre estas, podemos destacar a atividade comercial, tanto no campo como na cidade, os programas assistencialistas do governo (Bolsa Escola e Fome Zero), aposentadorias, pensões, entre outras. Mesmo através da junção dessas fontes com os rendimentos provenientes da agricultura, muitas famílias não conseguem obter uma renda mensal (**figura 07**) suficiente para a satisfação de suas necessidades. Esta situação faz com que muitos jovens acabem saindo para outras regiões à procura de melhores condições de vida.

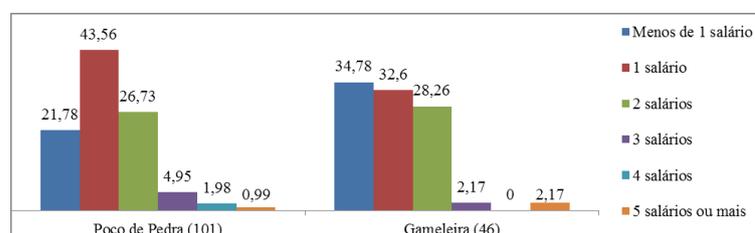


Figura 07: Renda mensal das comunidades (%)
Fonte: pesquisa de campo (abril/maio de 2011).

O baixo padrão de consumo destas famílias pode ser constatado pelos equipamentos disponíveis em suas residências, em que alguns produtos como computador, câmara digital e carro são considerados como artigos de luxo para muitas famílias. Por outro lado, é importante destacar o grande número de aparelhos celulares existentes, que está relacionado à recente instalação de uma torre de telefonia celular, sendo este utensílio o principal sonho de consumo entre os muitos jovens. Outro utensílio que aparece com grande evidência são as motos, pois estas são utilizadas como o principal meio de transporte para as famílias se deslocarem até a cidade ou para as comunidades vizinhas.

Outro indicador negativo encontrado nas duas comunidades se refere ao grau de escolaridade dos (as) chefes de família (**figura 08**). O baixo grau de instrução interfere diretamente no comportamento destes no contexto em que estão inseridos, principalmente em relação ao desestímulo ao associativismo e ao cooperativismo, procedimento bastante defendido por Baiardi e Mendes (2007). Isso pode ser comprovado pelos valores percentuais identificados que comprovam que apenas 63,04% na comunidade de Gameleira e 42,57% na

¹ Depoimento de um morador da comunidade de Poço de Pedra.

localidade de Poço de Pedra participam de alguma associação agrícola, e apenas 8,69% em Gameleira e 10,08% em Poço de Pedra participam de alguma cooperativa. Estes geralmente desconhecem a eficácia dessas organizações como meio para consecução de projetos junto aos órgãos governamentais, voltados para a melhoria das condições estruturais e funcionais de suas comunidades.

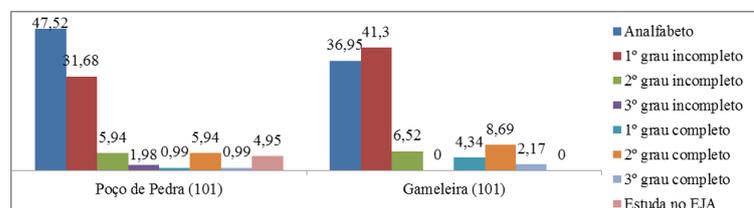


Figura 08: Grau de escolaridade dos chefes de famílias das comunidades (%)

Fonte: Pesquisa de campo (Abril/Maio de 2011).

Grande parcela destes percebe a atuação do Estado de forma negativa, quando o enfoque recai sobre a assistência técnica prestada para a agricultura. Muitos reclamam o fato de o município não ser cadastrado no seguro safra, o atraso dos tratores para o corte de terras no começo do período chuvoso, a não distribuição de sementes em alguns anos, a dificuldade para conseguir empréstimos, entre outras reclamações.

Pelo que observamos a partir das entrevistas com os agricultores, podemos afirmar que a agricultura familiar caracteriza-se pelo seu baixo potencial produtivo e pelo uso de técnicas tradicionais nas duas comunidades, o que obriga as famílias a buscarem outras fontes de renda para garantirem suas condições materiais de existência, como a criação de animais e o comércio. Apesar de a maioria destes trabalharem em terra própria, serem pluriativos, receberem recursos de programas assistencialistas provenientes do estado, entre outras fontes, o padrão de vida da população pode ser considerado baixo, mesmo assim, a maior parte destes demonstrou estar feliz e satisfeita com as condições de que dispõe nas duas comunidades.

4 Considerações finais

A discussão realizada ao longo deste trabalho veio debater o conceito de agricultura familiar e a importância desse modelo produtivo no contexto das comunidades de Gameleira e Poço de Pedra, localizadas no município de Riacho de Santana, através de um estudo sobre as práticas rurais desenvolvidas pelos agricultores residentes nesta área.

A compreensão teórica sobre o espaço agrário associado ao modelo produtivo familiar nos mostrou que a pequena produção ainda desempenha papel insubstituível para as populações rurais brasileiras e principalmente nordestinas, sendo a forma de produção dominante na área de estudo, haja vista que o trabalho nas lavouras é realizado quase que exclusivamente com a mão-de-obra da própria família. Neste espaço, predominam técnicas e práticas rurais típicas de duas ou três décadas atrás, pois a absorção destas inovações acontece de forma muito lenta, como resultado a renda, o padrão de consumo e a qualidade de vida das famílias apresentam grandes deficiências.

Identificamos no modelo agrícola das duas comunidades diversos problemas que impedem uma maior produtividade das lavouras e um melhor rendimento para as famílias, isto porque grande parcela destas cultiva o solo (a maior parte em terra própria) sem o conhecimento a respeito das práticas e técnicas mais eficazes para o aumento do volume da produção e que sejam adequadas para a manutenção da qualidade produtiva do terreno nos anos seguintes. Esta situação demonstra o quanto estas famílias carecem de um acompanhamento técnico especializado.

Tendo em vista a ineficácia da agricultura na garantia do sustento das famílias, estas acabam buscando alternativas para complementar a sua renda, como o comércio e a criação de animais. Além disso, a maior parte das famílias são beneficiadas com programas assistencialistas do governo, além de rendas provenientes de pensões, benefícios, aposentadorias e ajuda de parentes, muitos destes residentes em outras regiões, principalmente no Sudeste.

Assim, somos levados a afirmar que os agricultores familiares das comunidades de Gameleira e Poço de Pedra carecem de uma estrutura organizacional capaz de garantir um manejo mais racional do solo, de forma que ocorra o aumento da produção sem comprometer a qualidade deste, possibilitando, assim, que os agricultores adquiram um maior empenho para investir na agricultura e que despertem o interesse nos mais jovens pelo cultivo agrícola.

5 Referências

ANDRADE, M. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

ABRAMOVAY, R.. **Agricultura familiar e uso de solo**. São Paulo em perspectiva, v.11, n. 2, abr/jun, 1997.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BAIARDI, A.; MENDES, J. **Agricultura familiar no Semi-árido**: fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável? Socioeconomia, v. 8, n. 1, p. 28-41, novembro. 2007

BRASIL. **Estatuto da terra**. 13. ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 1997.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (orgs.) et al. **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MUAD, 2003.

CIPRANDINI, O.; NETO, J. F. As perspectivas da pequena produção familiar na agricultura. **Revista ciência rural**, v. 26, n. 1, Janeiro. 1996.

COLLARD, A-l.; BURTE, J.; JACOBO, P. **Os modos de gestão da água no semi-árido cearense**: a relação dos pequenos produtores com a técnica agrícola e doméstica. Florianópolis: [s/e], 2010.

CUNHA, E. da. **Os sertões**: campanha de canudos. 2. Ed. São Paulo: editora Ática. 2002.

ERTHAL, R. **A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade**. Geografia, UFRJ, 2000.

EVANGELISTA, F. R. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Banco do Nordeste do Brasil, 2000.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **“Plantar pro gasto”**: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. Piracicaba, SP, v. 40, n. 02, p. 451-515, abr/jun 2008.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário de 2006. Rio de Janeiro. IBGE, 2009.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: brasiliense, 1998.

MACAMBIRA, D. M. **O semi-árido nordestino: estratégias para o desenvolvimento sustentável**. Coleção princípios, Fundação Maurício Grabois, edição 83, fev/mar, 2006, p. 33-38.

NETTO, M. M. A agricultura familiar e sua organização. In: **Actageo**, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, v. nº 4, ano II, p.17-30, jul/dez, 2008.

RIBEIRO, J. L. B. A saída do campo ou saída para o campo? Apontamentos sobre a questão agrária no Brasil. In: **Revista de humanidades**, v. 07, n. 19, p. 150-186, dez./jan. 2006.

SANTOS, D. A. **Da migração a permanência: o projeto pedagógico da Escola Família Agrícola do Sertão como fator de intervenção e transformação da lógica de reprodução da família camponesa nordestina**. Salvador, 2008. 137 f.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1996a.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo, Hucitec, 1996b.

SABOURIN, E. Meio ambiente e sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido nordestino. In: **Raízes**, v. 18, n.20, p.132-143, novembro. 1999.

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

TINOCO, S. T. J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica**. Jaboticabal: centro de aquicultura da UNESP, 2006.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. Ed. Campinas-SP, autores associados, 2003.

VIEIRA, D. D.. **Identidade rural e agricultura familiar: O PRONAF B sob a ótica dos beneficiados**. Natal, 2006, (dissertação de mestrado em ciências sociais - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.